



APRESENTAÇÃO*

É com grande satisfação que trazemos ao leitor brasileiro este artigo do revolucionário palestino Ghassan Kanafani. Nascido em 1936 e assassinado pelo Mossad (serviço secreto israelense) em 8 de julho de 1972 em Beirute, Líbano, ele é mais conhecido ao redor do mundo pelas suas obras literárias, que revolucionaram o conto árabe.

No entanto, para além de sua contribuição nesse campo, Ghassan Kanafani foi um dos principais dirigentes da FPLP (Frente Popular pela Libertação da Palestina), que se constituiu na ala esquerda da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) e do movimento nacionalista árabe. Sua atuação e elaboração política, como expresso nesta obra, desmonta o mito de que o marxismo é alheio às lutas sociais na região. Pelo contrário, Kanafani é a prova da influência significativa de revolucionários marxistas na luta pela libertação nacional palestina e árabe. Não é por acaso que o poeta palestino Mahmoud Darwich escreveu em *Carteira de Identidade* que todos os homens de sua aldeia “amam o comunismo”.

* Kanafani, Ghassan. *A revolta de 1936-1939 na Palestina*. São Paulo: Sundermann, 2015. 112 p.





Mais que uma descrição dos fatos, o leitor poderá testemunhar nas páginas seguintes a análise marxista detalhada sobre o papel que cumpriu cada classe social, palestina ou não, naquele momento chave da resistência, o exame cuidadoso dos acontecimentos e das causas que levaram à derrota do levante de 1936-1939.

Revolta ou revolução?

Kanafani corretamente descreve a importância dessa revolução, pouco conhecida no Brasil:

Em toda a história da luta palestina, a revolta popular armada nunca esteve tão perto da vitória quanto nos meses entre o fim de 1937 e o começo de 1939. Nesse período, as forças britânicas que dominavam a Palestina estavam enfraquecidas, o prestígio do colonialismo estava no seu ponto mais baixo, e a reputação e influência da revolta tornou-se a força principal no campo.

As raízes desse levante são muito bem descritas por Kanafani. Os duríssimos efeitos da colonização sionista, que para além da discriminação cotidiana, expulsava camponeses palestinos de suas terras ou boicotava a compra de seus produtos, ao mesmo tempo em que ampliava o desemprego e a carestia entre os trabalhadores palestinos nas vilas e cidades, empurraram essas classes oprimidas à luta.

A situação das classes dirigentes palestinas era bem diferente, assim como sua postura frente ao colonialismo britânico e sionista. A elite latifundiária e clerical local lutava para ser a principal parceira do mandato britânico, em substituição à burguesia sionista. Outro setor burguês palestino implantado nas cidades simplesmente se associa-





va ao capital sionista em meio ao processo de industrialização. Ambos segmentos eram inimigos da libertação da Palestina.

Dessa forma começou a revolução. Formaram-se comitês nacionais palestinos em todas as vilas e cidades, e os cinco partidos locais compuseram o Alto Comissariado Árabe, liderado por Haj Amin al-Husseini, o *Mufti* de Jerusalém, que convocou uma conferência naquela cidade a qual chamou uma greve geral e a recusa de pagar impostos. Frente à repressão britânica, os palestinos rapidamente passaram às ações armadas.

Esse processo teve um intervalo quando o Alto Comissariado, a pedido dos regimes árabes (e atendendo aos seus próprios interesses), suspendeu a greve geral em 8 de outubro de 1936 e compareceu perante a Comissão Peel. Encarregada pelo governo britânico de buscar soluções para a Palestina, essa deliberou pela partilha da Palestina entre um estado judeu, que ficaria com as terras mais férteis, num total de 33% do território palestino, e a incorporação do restante ao reino da Transjordânia, mantendo-se alguns enclaves sob mandato britânico. Essa determinação radicalizou a revolta palestina.

Os britânicos, decididos a esmagá-la, trouxeram muitos reforços do exterior e apelaram aos bombardeios aéreos, à artilharia pesada e tanques. Suas ações abrangeram enforcamento de qualquer palestino com posse de armas, prisão de milhares em “campos de detenção”, punição coletiva contra vilas e bairros, com explosão de casas e confisco de bens, além da proibição de toda e qualquer organização palestina, incluído o Alto Comissariado Árabe, e exílio de cinco líderes nas ilhas Seychelles. Ao mesmo tempo, trei-





naram e armaram milícias sionistas para lhes auxiliar na brutal repressão. Apesar disso, várias áreas da Palestina, incluindo a cidade velha de Jerusalém, continuavam sob controle dos revolucionários.

Ao contrário dos regimes árabes, como o da Transjordânia, que reprimiam os palestinos e entregavam seus líderes aos britânicos, as massas populares na região posicionavam-se ao lado dos palestinos. Em setembro de 1937, um congresso popular pan-árabe realizado na Síria, assim como outros dois – das mulheres árabes e de parlamentares locais reunidos no Cairo em 1938 – expressaram seu apoio às demandas palestinas de fim do mandato britânico, da imigração e da aquisição de terras por sionistas.

Em 1939, a combinação entre a violenta repressão britânica e sionista, que levou a revolução ao esgotamento, sem armamentos/munição e com grandes perdas humanas, e a publicação do Livro Branco – nova política dos britânicos para a Palestina, que limitava a imigração sionista, bem como a aquisição de terras palestinas, apontando para um estado único em dez anos – levaram ao fim do levante.

A descrição dos acontecimentos – comitês populares, greve geral, guerra de guerrilhas com apoio de massas – aponta para mais que uma revolta armada ou uma grande rebelião, como a denomina Walid Khalidi: foi na verdade uma revolução anticolonial e anti-imperialista, na qual as classes oprimidas palestinas, em particular os camponeses pobres, tomaram em suas mãos o destino do país. Apesar de chegar às portas da vitória, foi derrotada devido a seus poderosos inimigos internos e externos.

Os palestinos pagaram muito caro por essa derrota, que preparou o terreno para a *Nakba*, palavra árabe que sig-





nifica catástrofe e se refere à criação do Estado de Israel em 1948, quando forças sionistas (isto é, que defendem a formação de um estado homogêneo exclusivamente judeu) destruíram cerca de 500 vilas palestinas e expulsaram em torno de 800 mil palestinos, aproximadamente 2/3 da população local.

Os três inimigos da causa palestina

Ao analisar as causas da derrota, Kanafani identifica os inimigos da causa palestina logo no primeiro parágrafo desta obra, definição esta que se transformou num clássico e mantém sua atualidade:

Entre 1936 e 1939, o movimento revolucionário palestino sofreu severo revés nas mãos de três inimigos que se constituíram, juntos, na principal ameaça ao movimento nacionalista na Palestina, em todos os estágios subsequentes de sua luta: a liderança local reacionária; os regimes dos estados árabes vizinhos; e o inimigo imperialista-sionista.

• As elites palestinas

Kanafani descreve os dois setores das elites palestinas e seu papel na derrota do levante. O primeiro, mais fraco, é a burguesia urbana representada pelo Partido da Defesa Nacional:

O Partido da Defesa liderado por Raghib Nashashibi consistia em um pequeno grupo de *effendis* urbanos que representava sobretudo os interesses da nascente burguesia compradora e começava a descobrir que sua existência e crescimento dependia de es-



tar ligada não apenas ao colonialismo britânico, mas também ao movimento sionista que controlava a transformação industrial da economia palestina. Devido a essa situação de classe, é possível sintetizar as suas histórias dizendo que eles “cooperaram com as autoridades da ocupação no campo administrativo e com os sionistas no campo comercial, venderam terras aos judeus, atuaram como corretores, disseminaram desconfiança, impediram atividades nacionalistas, fortaleceram os elos entre Abdullah, Hussaini e os sionistas em 1923-1924, apoiaram a imigração e o mandato nos anos 1920 e a partição nos anos 1930, defenderam o estabelecimento de um lar nacional judeu em parte da Palestina e a entrega da outra parte à Transjordânia.”

Alguns líderes do Partido da Defesa tomaram parte no estabelecimento do que chamavam “destacamentos de paz”, pequenas forças mercenárias que foram formadas em cooperação com os ingleses e ajudavam a perseguir os rebeldes, participando de enfrentamentos contra eles e os expulsando de algumas posições sob seu controle. Fakhri al-Nashashibi liderou uma dessas divisões, armando-as e dirigindo suas atividades... Isso levou ao seu assassinato alguns meses depois do fim da revolta.

O setor mais forte era a elite ruralista ou “feudal-clerical”, nas palavras de Kanafani. Era representada pelo *Mufti* de Jerusalém e pelo Partido Árabe Palestino, liderado por Jamal al-Hussaini. Sobre eles, Kanafani relata:

O papel que a liderança feudal-clerical deveria cumprir estava estabelecido – seria uma “luta” por uma melhor posição dentro do regime colonialista. Mas não poderia levar essa “luta” sem reunir por trás de si as classes que estavam ansiosas por livrar-se do jugo da colonização. Com esse horizonte, esses líderes elaboraram um

programa claramente progressista, adotaram *slogans* de massas – os quais não desejavam nem eram capazes de levar até o seu final lógico – e seguiram um tipo de luta que não estava de acordo com seu caráter.

Ainda conforme sua análise,

Os líderes feudais e clericais palestinos sentiram que seus próprios interesses também estavam ameaçados pela crescente força econômica: o capitalismo judeu aliado ao mandato britânico. Mas seus interesses também eram ameaçados pelo lado oposto – as massas pobres árabes que já não sabiam a quem seguir.

A liderança feudal e clerical palestina não podia tolerar a ascensão de um movimento sindical árabe independente de seu controle, assim, perpetrava ações para aniquilá-lo. No início dos anos 1930, o grupo do *Mufti* assassinou Michel Mitri, presidente da Federação de Trabalhadores Árabes em Jaffa. Anos depois, Sami Taha, um sindicalista e presidente da Federação dos Trabalhadores Árabes em Haifa, também foi morto [N. do E. – em 12 de setembro de 1937, pelos homens do *Mufti*].

O papel cumprido pelos dois setores das elites palestinas levou Kanafani a caracterizá-los como inimigos da causa palestina. Essa situação, já demonstrada sob o jugo otomano (os *effendis* palestinos eram os representantes daquele império), se mantém até os dias de hoje.

É o que indica Adam Hanieh, autor de dois importantes livros sobre economia política no mundo árabe. Em sua análise sobre o desastre que significaram os acordos de Oslo, firmados em 1993, para a causa palestina, ele vai além das desculpas usuais – dificuldades no contexto in-



ternacional, corrupção e inaptidão dos dirigentes árabes – para explicar a traição dos líderes da OLP. Ele aponta para as profundas mudanças na sociedade palestina, especialmente na Cisjordânia (território ocupado por Israel em 1967). Tais transformações geraram uma grande dependência de recursos e empregos em torno da Autoridade Nacional Palestina (ANP) e desenvolveram uma base social de apoio à política de trocar direitos do povo palestino pela participação nos negócios coloniais israelenses: a burguesia palestina.

Ao longo dos anos, desde Oslo, essa classe se formou através da fusão de três grupos sociais distintos: os capitalistas regressos, principalmente da burguesia palestina estabelecida nos países do Golfo e que teve fortes laços com a nascente Autoridade Palestina; famílias e indivíduos que historicamente dominaram a sociedade palestina, em geral latifundiários do período anterior a 1967, particularmente no norte da Cisjordânia; e aqueles que conseguiram acumular riqueza através de sua posição de interlocutores dentro da ocupação desde 1967. (Adam Hanieh, *The Oslo Illusion 20 Years Later*)

Em sua configuração tripartite, a classe capitalista tende a fazer fortuna através de uma relação privilegiada com a ANP, que lhes apoia outorgando monopólio (sobre o comércio) de bens como cimento, petróleo, farinha de trigo, aço e cigarros; emissão de certificados de importação e isenções alfandegárias; direitos exclusivos de distribuição de bens na Cisjordânia e Faixa de Gaza; e vendendo terras pertencentes ao governo abaixo de seu valor. Além dessas formas de acumulação assistida pelo governo, muito do investimento que vem para a Cisjordânia de doadores estrangeiros desde Oslo – construção de infraestrutura, novos projetos imobiliários, de agricultura e turismo – estão de alguma forma conectados com essa nova classe capitalista. (Idem)



No contexto da subordinação completa da ANP, a habilidade para acumular (riquezas) está amarrada ao consentimento israelense e, portanto, tem um preço político – a complacência e a rendição perante a contínua colonização. Isso implica que os componentes chaves da elite palestina – os mais ricos empresários, a burocracia estatal da ANP e os remanescentes da própria OLP – compartilham um interesse comum com o projeto político israelense. (Idem)

Em seu artigo para a publicação *Al-Shabaka*, “*The Palestinian Capitalists That Have Gone Too Far*”, Tariq Dana dá alguns exemplos do servilismo da burguesia palestina:

a) A cidade planejada de Rawabi, ao norte de Ramallah, Cisjordânia, um empreendimento do milionário palestino Bashar Masri, já foi denunciada pelo Comitê Nacional Palestino de BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções) a Israel pela contratação de mais de dez empresas de serviços israelenses, além do próprio arquiteto Moshe Safdie, que elaborou projetos para o assentamento israelense Modi’in Illit, e a aceitação de mudas de árvores do FNJ (Fundo Nacional Judeu) – organização histórica no processo de limpeza étnica do povo palestino;

b) as zonas industriais reguladas pelas mesmas regras que as *Qualifying Industrial Zones* na Jordânia e no Egito, que impõem a participação compulsória de capitais israelenses e o emprego de trabalhadores palestinos e estrangeiros sem respeito a direitos trabalhista ou sindical;

c) investimentos palestinos em Israel e em assentamentos sionistas (entre US\$ 2,5 e 5,8 bilhões) superiores às inversões na Cisjordânia (US\$ 1,5 bilhão);

d) contratação de empresas de segurança e parcerias com companhias de tecnologia israelenses.

• Os regimes árabes

Enquanto isso, os países árabes ao redor da Palestina jogavam dois papéis conflitivos entre si: por um lado, o movimento de massas pan-árabe servia de catalisador do espírito revolucionário das massas palestinas, já que existia uma relação dialética entre os palestinos e as lutas árabes em geral. Por outro lado, os regimes estabelecidos nos países árabes faziam de tudo para impedir e minar o movimento de massas palestino. O conflito cada vez mais agudo na Palestina ameaçava contribuir para o desenvolvimento mais violento da luta nesses países, criando um potencial revolucionário que suas classes dirigentes não podiam desprezar.

Assim Kanafani resume o papel dos regimes árabes vizinhos. Além de buscar a conciliação com o colonialismo britânico, a Transjordânia, por exemplo, “fechou as estradas para o Iraque para impedir a chegada de qualquer apoio, e restringiu a movimentação dos líderes palestinos”. Chegou ao cúmulo de prender “em 1939 dois líderes palestinos. Um deles, Yusuf Abu Durrar, foi entregue aos britânicos, e então executado.”

“A posição do Iraque e da Arábia Saudita na época não era muito melhor do que a do regime jordaniano”, já que “estavam preparados para usar sua influência sobre os líderes palestinos para pôr fim à revolta.”

Não é preciso muita atenção para saber que pouco mudou com relação aos regimes árabes. Por trás de discursos em favor da causa palestina, reside uma atuação permanente para impedir sua libertação. O papel chave do regime egípcio no cerco contra Gaza, a ditadura imposta contra os

palestinos na Jordânia, Síria e Líbano, impedindo sua livre auto-organização, armamento e incursões contra forças israelenses nas fronteiras da Palestina ocupada, a cooperação econômica e comercial com o capital israelense são exemplos da colaboração cotidiana com o Estado de Israel.

• O inimigo sionista e o imperialismo

Não cabe neste espaço relatar os crimes sionistas contra os palestinos, que podem ser resumidos em *apartheid* e limpeza étnica, visando a colonização completa da Palestina.

No entanto, a existência do Estado de Israel só pode ser compreendida no contexto do apoio incondicional dos Estados Unidos, dos principais países europeus e de muitos outros mundo afora. Para além da bilionária ajuda militar, os generosos acordos comerciais, o incondicional apoio diplomático e a ampla campanha midiática para ganhar corações e mentes para Israel, o governo estadunidense está implementando um amplo processo de normalização econômica, com a cooperação dos regimes árabes.

As mudanças na Cisjordânia e na Faixa de Gaza não podem ser entendidas em sua totalidade sem sua contextualização regional no Oriente Médio. Nas últimas duas décadas, particularmente aceleradas durante o governo Bush, os Estados Unidos buscaram uma política de integrar suas bases de apoio na região numa zona econômica unificada e neoliberal ligada aos Estados Unidos, através de uma série de acordos comerciais bilaterais. Essa proposta visa promover o livre fluxo de capitais e bens (não necessariamente de trabalhadores) em toda a região do Oriente Médio. Os mercados regionais serão dominados por importações estadunidenses, enquanto uma mão de obra barata concentrada em zonas econômicas 'livres' pertencentes a capitais regionais e internacionais produzirá exportações de baixo custo para



mercados nos Estados Unidos, Europa, Israel e nos países do Golfo. Um componente central desse projeto é a normalização e a integração de Israel no Oriente Médio. Os Estados Unidos preveem um Oriente Médio apoiado no capital israelense a oeste e no capital dos países do Golfo a leste, movendo uma zona neoliberal de baixos salários que se estenda por toda a região. Isso implica a aceitação e bênção por parte de todos os países da região da destruição histórica dos direitos nacionais palestinos efetuada por Israel. No lugar de uma verdadeira autodeterminação palestina (antes de mais nada, o direito de retorno dos refugiados), um estado artificial será estabelecido em ilhas dependentes na Cisjordânia e em Gaza. (Adam Hanieh em “*Palestine in the Middle East: Opposing Neoliberalism and US Power*”)

O papel de al-Qassam

Kanafani não era religioso. Mas isso não o impediu de ser um dos primeiros a valorizar o papel do Sheikh Izz al-Din al Qassam na resistência palestina. Nascido na Síria, participou da revolta contra o colonialismo francês em Jabal al-Huran em 1919-1920, pelo que foi condenado à morte. Formado em Al-Azhar, a tradicional universidade islâmica no Cairo, defendia a via da organização clandestina e da luta armada para expulsar os britânicos e os sionistas. Seu lema era “morrer como mártires”. Assassinado pelos britânicos em 1935, seu legado foi decisivo à revolta palestina. Kanafani escreveu:

Em qualquer discussão sobre a revolta de 1936-1939, deve ser reservado um lugar especial para o Sheikh Izz al-Din al-Qassam. O levante Qassamista, impulsionado por Sheikh Izz al-Din al-Qassam, foi o verdadeiro começo da revolta de 1936.





Não há dúvidas de que o seu movimento (de 12 a 19 de novembro de 1935) representou momento decisivo na luta nacionalista e desempenhou papel importante na adoção de uma forma mais avançada de luta no confronto com a direção tradicional, que se tornou fragmentada diante das crescentes lutas.

Até os dias de hoje, o chamado “Ocidente” é contaminado pela ideia de que todas as lutas árabes, sejam conflitos de classe ou de libertação nacional, são expressão do “profundo e irracional fundamentalismo religioso islâmico dos povos árabes”. Esse orientalismo, visão imperialista que procura retratar o “Oriente” como atrasado e não civilizado com objetivos de colonização, conforme definiu o intelectual palestino Edward Said, não encontra espaço nas análises de Kanafani, que aponta a exploração social e a opressão nacional como motores da revolta palestina. Ele escreve:

Então a luta de classes se mistura, com extraordinária profundidade, com o interesse nacional e os sentimentos religiosos... Devido à opressão social e econômica sobre os pobres árabes palestinos nas cidades e aldeias, era inevitável que o movimento nacionalista assumisse formas avançadas de luta, adotasse *slogans* de classe e uma ação baseada em conceitos de classe. Da mesma forma, diante da aliança firme e cotidiana expressa entre a sociedade invasora construída pelos colonos judeus na Palestina e o colonialismo britânico, era impossível esquecer o caráter essencialmente nacionalista dessa luta. E tendo em vista o fervor religioso terrível em que a invasão sionista da Palestina foi baseada, e que era inseparável de todas as suas manifestações, era impossível que o subdesenvolvido mundo rural palestino não praticasse o fundamentalismo religioso como uma manifestação de hostilidade à incursão colonialista sionista.





O papel do Partido Comunista

O contraste entre o papel do Partido Comunista Palestino e o movimento Qassamista não podia ser maior. Assim, Kanafani descreve brevemente a sua atuação à época:

O Partido Comunista Palestino permaneceu isolado da realidade política até o fim dos anos 1930, quando seu Sétimo Congresso se realizou. Nas resoluções aprovadas, o partido admitiu que tinha “essencialmente adotado uma atitude errônea em relação ao nacionalismo palestino, o *status* da minoria nacional judaica na Palestina e seu papel em relação às massas árabes. O partido fracassou em se tornar ativo entre as massas árabes-palestinas e permaneceu isolado, por trabalhar exclusivamente entre os trabalhadores judeus. Seu isolamento foi ilustrado pela atitude negativa do partido durante o levante árabe-palestino de 1929”.

O Partido Comunista era próximo da direção de Hajj Amin al-Husaini, a quem via como pertencente à ala mais extremamente anti-imperialista do movimento nacionalista, enquanto considerava seus inimigos traidores feudais. E isso a despeito do grupo do *Mufti* não ter absolutamente nenhuma hesitação em liquidar elementos esquerdistas que tentavam penetrar nos círculos laborais.

Durante a revolta de 1936, o partido rachou. Houve também outro racha fundamental em 1948 e outro em 1965, por questões ligadas à arabização. Os dissidentes defendiam uma atitude “construtiva” perante o sionismo.

O Partido Comunista teve um papel equivocado em momentos fundamentais: caracterizou o levante palestino de 1929 como um *pogrom* (perseguição aos judeus), ficou a reboque do *Mufti* de Jerusalém em 1936-1939, e acabou se dividindo reiteradamente entre uma ala majoritariamente





palestina e outra sionista. Por trás dessa política errada e zigzagueante do partido, estava o dirigente da União Soviética, Joseph Stálin, que, por ocasião da formação do Estado de Israel, a *Nakba* palestina, cumpriu papel decisivo, fornecendo através da Tchecoslováquia armas em abundância para as milícias sionistas, que promoveram uma verdadeira limpeza étnica. Não é por acaso que o próprio Kanafani observa essa notícia num diário russo:

Quase dez anos depois, em 22 de janeiro de 1946, o *Izvestia* ousou comparar a “luta dos judeus” na Palestina com a luta dos bolcheviques antes de 1917.

A ausência de um partido revolucionário coerente é um fato que se verifica até os dias de hoje. As organizações socialistas que compuseram a ala esquerda da OLP, como a FPLP, a Frente Democrática e o Partido do Povo (nova denominação do Partido Comunista Palestino) viraram as costas para as revoluções no mundo árabe que se iniciaram em 2010 na Tunísia. Já o Hamas aplica um modelo capitalista em Gaza e defende em sua carta de fundação um estado islâmico, proposta que divide os palestinos, enfraquecendo a luta contra o Estado de Israel. Segue colocada a necessidade de construção de uma alternativa revolucionária coerente, que deve ser forjada no calor dos enfrentamentos pela libertação da Palestina.

Conclusão

Na contramão dos processos de libertação nacional na Ásia e na África e de derrubada de regimes autoritários que





se seguiu à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o imperialismo conseguiu impor um estado racista em terras palestinas, aproveitando a justa comoção mundial em torno ao Holocausto da população judia nas mãos dos nazistas e seus aliados.

O povo palestino, através de sua luta, que teve um novo ponto alto com a instituição da OLP até os acordos de Oslo, e depois na resistência multiforme contra a ocupação, incluindo a importante campanha global de BDS a Israel, conseguiu recolocar a questão palestina na agenda internacional e nos corações e mentes dos povos em todo o mundo.

No entanto, os palestinos enfrentam os mesmos poderosos inimigos que levaram à derrota em 1939: a burguesia palestina, os regimes árabes e o Estado de Israel e seu patrocinador imperialista.

Ao mesmo tempo, os verdadeiros aliados da causa palestina não são poucos nem fracos. Em primeiro lugar, está o povo palestino, que resiste tenazmente a toda forma de violência e não arreda o pé de sua terra e de seus direitos. Assim como em 1936 os camponeses pobres, os trabalhadores e os intelectuais lutaram para expulsar os britânicos e os sionistas, hoje são os jovens e trabalhadores palestinos que se enfrentam contra a ocupação israelense e seus colaboradores da ANP. Em segundo lugar, estão as massas populares árabes, que vêm protagonizando um processo revolucionário que reacendeu a luta palestina e questionou seus regimes – todos eles aliados direta ou indiretamente dos Estados Unidos e, por consequência, da normalização com o Estado sionista. Em terceiro lugar, estão a juventude e a classe trabalhadora em todo o mundo, também em luta contra as mazelas em seus países, mas que





olham com simpatia para a causa palestina, fornecendo um forte ponto de apoio. Não poderia concluir sem citar os judeus antissionistas. São muito poucos dentro da Palestina, mas crescem fora dela. Entre eles, há personalidades como o historiador Illan Pappé, que trouxe visibilidade para a limpeza étnica levada a cabo por Israel, e Mordechai Vanunu, que denunciou ao mundo o desenvolvimento de armas nucleares em Dimona, em pleno deserto do Nakab, na Palestina ocupada, convertendo-se posteriormente ao cristianismo na prisão. Apesar de poucos, eles mostram para os setores mais explorados e conscientes da população judia em todo o mundo que a única forma de ser coerente com a luta efetuada contra o Holocausto nazista em solo europeu é se opor de todas as formas a esse estado assassino que, falsamente em seu nome, promove o massacre cotidiano do povo palestino há mais de 60 anos. Afinal, uma população que oprime outra nunca poderá ser livre.

Temos certeza que o leitor apreciará este artigo de Ghassan Kanafani, e espero que se inspire nele para se unir a nós na luta por uma Palestina laica e democrática em todo o seu território histórico, onde o povo palestino possa se reunificar e viver com todos que aceitem viver em paz com ele, independentemente de credo, cor da pele, gênero ou nacionalidade.

Soraya Misleh

Mestre em língua, literatura e cultura árabe pela USP
São Paulo, 29 de novembro de 2014

